

Organizar o movimento estudantil em defesa da moradia e contra o oportunismo de suas direções

Desde meados de janeiro, tem circulado dentre o movimento estudantil a notícia de que a reitoria está promovendo o despejo de um número, dentre muitas dezenas a centenas de moradores do CRUSP, sendo a maior parte ex-alunos, junto a uma parcela de alunos matriculados, mas que não foram formalmente contemplados com vaga na moradia por parte da SAS. Assim, sem qualquer divulgação pública por parte da universidade, diversos moradores têm relatado o recebimento de ordens de evacuação de seus apartamentos. Esse episódio não pode ser visto de forma desvinculada da recente iniciativa da reitoria, por meio da PRIP, e com o consentimento da direção eleita da Amorcrusp, a AvanteCrusp (dirigida política pelo PT), de instalar um controle de acesso nos blocos de moradia, sem que este seja gerido pelos moradores. Assim como também não está desvinculado da interdição e desocupação de todo o bloco D, no ano de 2021, sob o pretexto de uma “reforma” em meio à quase completa inação da gestão anterior da Amorcrusp, Tiê Sangue (dirigida por autonomistas). Esses e outros acontecimentos estão ligados aos interesses privatistas da reitoria em torno do CRUSP. Lembremos do relatório produzido pela consultoria privada McKinsey, sob encomenda da reitoria da USP, no ano de 2016, intitulado “Criando as Bases para a USP do Futuro”, e que previa uma série de políticas privatistas para a universidade, dentre elas a cobrança de aluguel nas moradias estudantis.

Nesse quadro, se faz necessária a organização do movimento estudantil por meio de seus métodos próprios (assembleias), para organizar a luta independente em defesa do controle estudantil da moradia, e pela preservação de seu caráter gratuito. Somente com a deliberação e decisão coletivas nas assembleias, e com a

ação coletiva para impor as deliberações, será possível que todas as modificações que sejam feitas no CRUSP (tais como reformas, melhorias, implementação ou não de controle de acesso, etc.) estejam subordinadas às deliberações coletivas, e sob controle dos moradores em seus organismos próprios. Do contrário, se imporão os interesses escusos e privatistas da burocracia universitária, do governo e das empresas que visam a lucrar, seja privatizando a moradia, seja impondo pagamento de serviços. Paralelamente, se faltam vagas de moradia, ao ponto de a reitoria tomar esse déficit como pretexto para expulsar moradores tidos como irregulares, que sejam então abertos novos blocos de moradia a todos os que precisam, em particular os blocos K e L. As assembleias e movimento estudantil podem tomar a tarefa de cadastro e controle dos estudantes mais necessitados, fazendo desse direito uma conquista imposta pela sua organização independente.

Diferentemente, as direções estudantis do DCE e CAS, bem como as forças que disputam o aparato da Amorcrusp, cada uma ao seu modo, afastam o movimento da luta pelo controle estudantil sobre a moradia e contra os despejos. Enquanto os moradores estão sofrendo com a ameaça de despejo, a Amorcrusp convocou uma assembleia, no último dia 9, não para organizar a luta contra esse processo, mas apenas para tratar da disputa eleitoral pelo aparato da Amorcrusp entre duas forças que disputam burocraticamente o aparato da associação. Essa disputa, que tem arrastado muitos moradores do CRUSP e distanciado o movimento da luta real pelos seus interesses, favorece a reitoria. Não por acaso, foi justamente a PRIP, com apoio das direções do DCE e Sintusp, que atuou na mediação a negociação entre a gestão formalmente eleita e a “comissão de transição de gestão”, para

que passassem a dividir a direção física da Amorcrusp, até a realização de novas eleições. Assim, em última instância, ambos os lados que declaram pretensão de dirigir a Amorcrusp se subordinam em algum grau à burocracia universitária, um de forma explícita, e outro de forma velada.

A gestão formalmente eleita da Amorcrusp, intitulada Avante Crusp, dirigida politicamente pelo PT, expressa abertamente os interesses da reitoria no seio do movimento, chegando ao ponto de se apoiar na repressão e na presença da polícia militar no CRUSP para se manter na condição de direção contra os movimentos de oposição, e de utilizar seus veículos oficiais de comunicação para anunciar comunicados da PRIP e da reitoria. Não obstante, parte de seus apoiadores expressam um discurso de conivência com o despejo de alguns moradores do CRUSP, sob o pretexto de não terem vínculo com a USP.

Os opositores à direção formalmente eleita, por outro lado, são compostos em grande parte por autonomistas, sendo apoiados por simpatizantes da antiga gestão da Amorcrusp, a Tiê Sangue, pela REM e pela UJC/PCB. A última gestão, que foi apoiada por parte dos autonomistas, assumiu a Amorcrusp por meio de uma assembleia que destituiu, sem base estatutária, uma gestão eleita, passou mais de dois anos sem convocar novas eleições, não se moveu para defender os moradores, quando estes foram abandonados pela reitoria durante a Pandemia (quando tiveram o passe livre cortado, recebiam marmitas em condições insalubres, não houve disponibilidade de internet, houve falta recorrente de água em alguns blocos, como o F, um conjunto de fatores que deteriorou a saúde fisiológica e mental de muitos moradores em plena Pandemia, fazendo com que alguns chegassem ao ponto extremo do suicídio), e largou a Amorcrusp, sem prestar contas, com seu cofre esvaziado e vários bens tidos como desaparecidos. No enfrentamento a seus opositores, chegaram a utilizar métodos gangsteris, baseados em agressão física, ameaças e calúnia, métodos estranhos ao movimento estudantil. Por sua vez, a UJC, que oportunamente apoia o setor autonomista, compartilha a direção do DCE, junto ao movimento Correnteza (UP) e PSOL,

mas não critica a política deste. Na verdade, a direção do DCE, junto com a oposição autonomista, tem objetivamente facilitado com sua política impotente e aparelhista, o despejo de moradores, o que foi expresso pela campanha de “acolhimento”, promovida em suposto apoio aos moradores ameaçados de despejo. Essa campanha envolveu, como parte da “ajuda”, não a contribuição para a organização e luta desses moradores contra a política de despejo, mas sim o “auxílio” para que esses moradores encontrassem moradia fora da USP e recebessem bolsa auxílio, colaborando com a política da reitoria.

Assim, os moradores do CRUSP carecem de uma direção revolucionária, oposta à conciliação com a reitoria e ao autonomismo inconsequente. Nas condições relatadas, necessitamos de uma direção que possa levar à frente a luta contra os despejos e a interferência da reitoria sobre a moradia estudantil, que se dá por meio da polícia e demais aparatos repressivos. Uma direção que aponte o caminho da luta consequente pela retomada dos blocos K e L, e o controle estudantil sobre a moradia do CRUSP. Para que isso seja possível, o ponto de partida é a organização dos moradores e trabalhar pela convocatória imediata de assembleias para que, independentemente do processo eleitoral em curso, seja construído um movimento de mobilização em defesa da permanência estudantil, e contra qualquer despejo. Eis como o movimento reorganizado imporá à direção de Amorcrusp os reais interesses dos moradores, contra as manobras aparelhistas. Não se trata meramente de “acolhimento”, mas de organizar os moradores, em particular aqueles ameaçados com a possibilidade de despejo, para que possam lutar para impor seu direito à moradia, o que inevitavelmente implica no choque direto com a reitoria e a burocracia universitária. Paralelamente, é preciso cobrar um posicionamento ativo da direção do DCE e demais CAS nesse processo, não se limitando a notas genéricas de apoio. Devem colocar sua capacidade de convocatória e mobilização a serviço da defesa dos interesses dos estudantes, começando pela moradia. Sob essas condições, o movimento estudantil poderá bloquear a ação de liquidação da moradia pela reitoria, e avançar na luta em defesa da permanência.